



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

Capital, descartabilidade e colapso ambiental

Pollyanna Paganoto Moura¹

Resumo: Este artigo examina a crise ambiental contemporânea como expressão da contradição entre a valorização ilimitada do capital e as condições finitas da reprodução socioambiental. Por meio de ensaio teórico-bibliográfico, articula Sassen, Marx, Sá Barreto e Mészáros para sustentar que expulsões, economia de recursos e descartabilidade não são desvios, mas formas de funcionamento do metabolismo social do capital. Defende-se que a taxa de utilização decrescente dos valores de uso e a produção destrutiva tornam a crise ambiental uma dimensão estrutural do capital.

Palavras-chave: capital; colapso ambiental; expulsões; descartabilidade; valor de uso.

Capital, disposability and environmental collapse

Abstract: This article examines the contemporary environmental crisis as an expression of the contradiction between the unlimited valorization of capital and the finite conditions of socio-environmental reproduction. Through a theoretical-bibliographic essay, it connects Sassen, Marx, Sá Barreto and Mészáros to argue that expulsions, resource-saving and disposability are not deviations, but forms of operation of capital's social metabolism. It argues that the declining rate of use of use-values and destructive production make environmental crisis a structural dimension of capital.

Keywords: capital; environmental collapse; expulsions; disposability; use-value.

1 Introdução

A intensificação dos desastres ambientais, a deterioração de ecossistemas, a multiplicação de populações deslocadas e a recorrência de eventos climáticos extremos tornaram a questão ambiental uma das expressões mais agudas da crise contemporânea. Em geral, essa crise é tratada como problema de insuficiência regulatória, atraso tecnológico, má gestão dos recursos naturais ou déficit de consciência ambiental. Tais dimensões existem e não podem ser desprezadas. Elas, contudo, permanecem insuficientes quando abstraídas da forma social que organiza a produção, o consumo, o tempo, a técnica e a relação com a natureza.

Este artigo parte de uma hipótese distinta. Sustenta-se que o colapso ambiental não pode ser suficientemente explicado como resultado exclusivo do neoliberalismo, da desregulamentação ou de escolhas empresariais irresponsáveis. Essas

¹ Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: pollyanna.moura@ufes.br.

mediações agravam e aceleram a destruição socioambiental, mas não a fundam. A raiz do problema se encontra na própria dinâmica do capital como valor que precisa se valorizar continuamente, convertendo natureza, trabalho, tempo social e necessidades humanas em momentos subordinados à expansão do valor.

A contribuição pretendida consiste em deslocar a questão ambiental do registro das consequências externas, acidentais ou administráveis do desenvolvimento capitalista para o plano de suas mediações constitutivas. A categoria de expulsões, em Sassen, permite apreender a forma contemporânea e brutal pela qual territórios, populações e componentes da biosfera são lançados para fora dos circuitos reconhecidos de vida social, embora permaneçam funcionalmente conectados às dinâmicas de acumulação. A crítica marxiana da mercadoria e do capital, por sua vez, explicita que essa destruição não decorre apenas de escolhas predatórias isoladas, mas da própria subordinação do valor de uso, da natureza e do trabalho ao movimento autônomo do valor. A partir daí, a crítica de Sá Barreto ao otimismo tecnológico mostra que a elevação da eficiência, quando comandada pela concorrência e pela valorização, tende a converter a economia relativa de recursos em expansão absoluta da escala material da produção. Mészáros, finalmente, permite compreender que a descartabilidade, a obsolescência, a subutilização crônica dos valores de uso e a produção destrutiva não são desvios irracionais de um sistema que poderia funcionar de modo equilibrado, mas formas historicamente determinadas de deslocamento das contradições do capital diante de seus próprios limites.

2. Desenvolvimento

2.1. Expulsões, habitat e colapso ambiental

Saskia Sassen propõe o conceito de expulsões para designar processos que excedem a gramática convencional da desigualdade. A desigualdade ainda pressupõe pertencimento desigual a uma ordem social; a expulsão indica a produção de zonas, populações e territórios tornados excedentes, invisíveis ou inutilizáveis para os circuitos dominantes da acumulação. Essa categoria é especialmente fecunda para pensar a crise ambiental, pois permite compreender que a destruição de ecossistemas não é apenas degradação física, mas também expropriação de meios de vida e deslocamento de populações.

Estamos confrontando um problema formidável em nossa economia política global: a emergência de novas lógicas de expulsão. As últimas duas décadas testemunharam um crescimento acentuado no número de pessoas, empresas e lugares expulsos das ordens sociais e econômicas centrais de nosso tempo. [...] A noção de expulsões nos leva além da ideia mais familiar de desigualdade crescente como forma de capturar as patologias do capitalismo global de hoje. (SASSEN, 2014, p. 1, tradução nossa).

A citação desloca o problema: não se trata apenas de pior distribuição de renda, empobrecimento ou exclusão relativa, mas de produção ativa de exterioridades. Pessoas, terras, águas, bairros, economias locais e ecossistemas são empurrados para fora do campo de reconhecimento do sistema. O capital pode continuar registrando crescimento, lucro e produtividade justamente enquanto amplia zonas de morte social e ambiental. A expulsão, portanto, não é o oposto do desenvolvimento capitalista contemporâneo; ela é uma de suas formas de realização.

A extrema violência é uma condição central para explicar essas migrações, assim como o são trinta anos de políticas de desenvolvimento internacional que deixaram muitos habitats mortos (devido à mineração, às apropriações de terras para a expansão latifundiária e à monocultura agrícola) e expulsaram comunidades inteiras de seus territórios. Mudar para as favelas das grandes cidades tem, cada vez mais, se tornado a última opção, e aqueles que podem arcar com os custos recorrem à migração. E a mudança climática reduz ainda mais o território habitável. (SASSEN, 2016, p. 31).

Essa passagem permite compreender por que a questão ambiental não pode ser separada da questão social. As populações migrantes não aparecem apenas como vítimas de eventos naturais, mas como indicadores históricos de uma perda mais ampla de habitat. Mineração, monoculturas, apropriação de terras, contaminação hídrica, destruição de economias locais e alterações climáticas convergem na produção de territórios onde a reprodução da vida se torna impraticável. A migração, nesse caso, é menos escolha econômica do que estratégia de sobrevivência diante da perda material das condições de permanência.

Um exemplo empírico torna esse argumento mais concreto. Ao analisar o avanço de grandes plantações voltadas à exportação, Sassen observa que "milhões de pequenos proprietários brasileiros foram expulsos de suas terras agrícolas, que foram tomadas por vastas plantações de soja que produzem para exportação" (SASSEN, 2014, p. 82, tradução nossa). Esse processo revela que a questão agrária e a questão ambiental não são campos separados. A expansão de monoculturas, a concentração fundiária, a reorganização territorial para commodities e a degradação dos solos compõem uma

mesma dinâmica de expulsão.

Cabe observar ainda que as práticas que levam à expulsão de recursos naturais impactam desproporcionalmente as comunidades pobres, frequentemente expulsando aqueles que dependem desses recursos para sua subsistência.

Em suma, Sassen argumenta que a destruição ambiental atual deriva de uma nova fase do capitalismo avançado, que se caracteriza por mecanismos sofisticados de acumulação primitiva e de inovação especializada, como a logística do outsourcing e os algoritmos financeiros. Esses desenvolvimentos não só intensificaram a destruição da biosfera, mas também ampliaram os desequilíbrios no uso de recursos naturais, criando vastas áreas de terra e água mortas.

2.2. Valor, natureza e expansão ilimitada

Na crítica marxiana da economia política, capital não é simplesmente dinheiro, máquina, propriedade ou empresa. Capital é valor que se valoriza. O ciclo D-M-D' expressa uma relação social em que o dinheiro só se conserva como capital quando retorna aumentado, isto é, quando se realiza como mais-valor. Esse movimento não possui medida interna suficiente. Seu limite não é a satisfação de necessidades sociais, mas a possibilidade de continuidade da valorização.

O ponto de partida dessa crítica é a mercadoria. Marx abre O capital afirmando que "a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma 'enorme coleção de mercadorias'" (MARX, 2013, p. 113). Essa formulação é decisiva porque indica que, no capitalismo, a riqueza social aparece sob uma forma específica: a forma mercadoria. A natureza, os bens, o trabalho e as necessidades só ingressam plenamente no metabolismo capitalista quando podem assumir forma de valor e participar da reprodução ampliada do capital.

Daí a grande influência civilizadora do Capital [...]. Só então a natureza torna-se puro objeto para o homem, pura coisa da utilidade; deixa de ser reconhecida como poder em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas aparece unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto do consumo, seja como meio da produção. (MARX, 2011, p. 334).

O argumento contido nessa passagem é decisivo para a questão ambiental. A dominação capitalista não explora apenas recursos naturais já dados; ela reorganiza a própria percepção social da natureza. A natureza passa a aparecer como estoque de

insumos, meio de produção, fronteira de investimento, infraestrutura ecológica gratuita ou obstáculo a ser tecnicamente superado. O conhecimento das leis naturais, que poderia orientar uma relação racional e prudente com os limites ecológicos, é subsumido ao imperativo de utilizá-las como meios de acumulação.

Todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo; pois todo progresso no aumento da fertilidade do solo por certo período é, ao mesmo tempo, um progresso na ruína das fontes duradouras dessa fertilidade. [...] A produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 2013, p. 573-574).

Essa segunda passagem impede qualquer leitura tecnicista do problema. A técnica capitalista pode elevar a produtividade e, simultaneamente, corroer as fontes duradouras da fertilidade social e natural. O desenvolvimento das forças produtivas sob o capital não é neutro: ele se organiza de acordo com a necessidade de valorização. Por isso, o aumento da produtividade pode aparecer como progresso econômico enquanto intensifica a destruição das bases materiais que tornam possível a produção e a vida.

O caráter autoexpansivo do capital implica expansão tendencial da produção material, ainda que mediada por ganhos de produtividade. Mesmo quando cada mercadoria exige menos trabalho ou menos matéria-prima por unidade, o movimento do capital exige ampliação da massa de mercadorias, abertura de mercados, renovação de necessidades, aceleração da circulação e constante reposição do processo produtivo. A crise ambiental, portanto, não decorre simplesmente do excesso de consumo individual, mas de uma forma social que precisa transformar crescimento quantitativo em condição de sobrevivência sistêmica.

2.3. Eficiência, inovação e neutralização da poupança material

A principal resposta institucional à crise ambiental tem sido a aposta na inovação tecnológica. A economia verde, em suas várias versões, sustenta que o crescimento pode ser dissociado do uso de energia e materiais por meio de ganhos de eficiência, transição energética, reciclagem, novas tecnologias produtivas e mecanismos de mercado. Essa resposta possui um núcleo verdadeiro: técnicas mais eficientes podem reduzir gasto energético ou material por unidade de produto. O problema é que tal eficiência opera, no capitalismo, sob a compulsão da valorização.

Eduardo Sá Barreto contesta essa expectativa ao deslocar o debate da técnica em abstrato para a técnica sob comando do capital. A inovação capitalista não é orientada prioritariamente pela redução do impacto ambiental, mas pela elevação da produtividade, pela redução de custos, pela apropriação de mais-valia extraordinária e pela ampliação da taxa de lucro. Por isso, a economia de recursos, quando ocorre, tende a ser reinserida em novos ciclos de acumulação.

A energia poupada não é apenas energia, uma coisa existente exclusivamente na realidade física. É também capital e, portanto, capital poupado. E como capital, não se compraz com a inatividade. Isto é, não pode se realizar como economia material de fato porque sua forma social a impele ao movimento expansivo. (SÁ BARRETO, 2021, p. 223-224).

A passagem condensa uma crítica decisiva ao otimismo tecnológico. A economia de energia, matérias-primas ou tempo de trabalho não permanece, no capitalismo, como repouso material. Ela se converte em capital liberado para nova aplicação. O que poderia ser poupança real de natureza torna-se redução de custo, aumento de competitividade, expansão da escala produtiva ou abertura de novos ramos de valorização. Desse modo, a eficiência pode neutralizar a própria economia que promete realizar.

O segundo mecanismo é a economia de capital constante. O capital busca reduzir desperdícios, otimizar insumos, abreviar tempos mortos e extrair o máximo rendimento de máquinas, energia e matérias-primas. Entretanto, se a economia obtida aumenta a lucratividade, ela estimula expansão; se não aumenta, tende a ser descartada como custo ambiental sem retorno. Por isso, a racionalidade capitalista é capaz de incorporar medidas ecológicas quando estas poupam capital, mas resiste a elas quando impõem limites à valorização.

2.4. Mészáros: superprodução e taxa de utilização decrescente

Em Mészáros, a crise ambiental deve ser situada no interior dos limites absolutos da reprodução sociometabólica do capital. O ponto de partida de sua argumentação não é a obsolescência tomada isoladamente, mas a contradição entre a expansão da capacidade produtiva e a dificuldade de realizar, em escala sempre ampliada, a massa crescente de mercadorias. A superprodução, nesse sentido, não significa simples abundância social, mas excesso de capital e de mercadorias diante de uma forma de consumo limitada pela distribuição capitalista da renda e pela própria

necessidade de lucro.

É por isso que a taxa de utilização decrescente aparece, em sua análise, como resposta imanente às contradições da superprodução. O capital precisa acelerar a circulação e reduzir o tempo de permanência dos valores de uso, não porque as necessidades humanas tenham sido plenamente satisfeitas, mas porque a realização do valor exige substituição contínua. A sociedade dos descartáveis resulta dessa tentativa de compatibilizar produção ampliada, consumo acelerado e reprodução do capital.

É, portanto, extremamente problemático afirmar que, ultrapassado certo ponto na história do “capitalismo avançado”, este processo – intrínseco ao avanço produtivo em geral – seja completamente revertido da mais intrigante forma: em que a “sociedade dos descartáveis” encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder “consumir” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “bens de consumo duráveis” que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os “cemitérios de automóveis” etc.) muito antes de esgotada sua vida útil. (MÉSZÁROS, 2011, p. 640).

A passagem mostra que o descarte prematuro não é acidente secundário, mas forma de equilíbrio da reprodução capitalista em determinado estágio histórico. O problema ambiental aparece, portanto, antes mesmo da gestão final dos resíduos: ele está inscrito na redução planejada do tempo de uso, na aceleração do giro das mercadorias e na transformação da durabilidade em obstáculo econômico. Uma mercadoria durável demais, reparável demais ou coletivamente utilizável demais pode tornar-se inconveniente para a continuidade da venda.

Em seguida, Mézáros reconstrói o fundamento categorial desse processo: a subordinação do valor de uso ao valor de troca. No capitalismo, a utilidade concreta da mercadoria precisa apenas comprovar-se no ato da venda. Uma vez realizada a transação, a utilização efetiva do bem torna-se secundária para o capital, pois sua finalidade decisiva já foi cumprida: a realização do valor.

Uma vez que a transação comercial tenha ocorrido, autoevidenciando a “utilidade” da mercadoria em questão por meio do seu ato de venda, nada mais há com que se preocupar do ponto de vista do capital. De fato, enquanto a demanda efetiva do mesmo tipo de utilização é reproduzida com sucesso, quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada e reusada (em vez de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), melhor é do ponto de vista do capital: já que tal subutilização torna vendável outra peça de mercadoria. (MÉSZÁROS, 2011, p. 661).

Esse é o núcleo da crítica à racionalidade ambiental do mercado. A mercadoria não precisa ser plenamente usufruída; precisa ser vendida. Se o bem é pouco utilizado, rapidamente substituído ou artificialmente tornado obsoleto, isso pode ser irracional do ponto de vista das necessidades humanas, mas perfeitamente racional do ponto de vista da valorização. O resíduo, nesse sentido, não nasce apenas no descarte material; nasce na própria organização social que separa vendabilidade e uso efetivo.

Na sequência da argumentação, Mészáros enfrenta uma aparente contradição: como um sistema composto por empresas obrigadas a calcular custos, economizar insumos e elevar produtividade pode produzir tamanha irracionalidade ecológica? A resposta está na diferença entre a pseudoeconomia das unidades particulares e a perdularidade do sistema como totalidade.

O relacionamento prático do capital com a “economia” é necessariamente subordinado a tais determinações. Os imperativos da lucratividade em escala inexoravelmente crescente – como exemplificado na última citação – trazem consigo a desconcertante consequência de que, não importa quão “calculistas” e “racionais” ou “economicamente conscientes” os empreendimentos particulares possam (de fato, devam) ser, no interesse de sua própria sobrevivência no mercado, o sistema como um todo é absolutamente perdulário, e tem de continuar a sê-lo em proporções sempre crescentes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 662-663).

A empresa individual pode economizar energia, reduzir perdas internas e calcular cada etapa da produção; ainda assim, o resultado social pode ser a expansão do desperdício. Isso ocorre porque a economia local de custos, quando bem-sucedida, reforça a competitividade, amplia mercados, libera capital para novas aplicações e acelera o ciclo de substituição. A eficiência microeconômica não se converte automaticamente em economia material global; sob o capital, frequentemente converte-se em expansão da escala do metabolismo destrutivo.

O passo seguinte de Mészáros é distinguir os planos em que essa taxa de utilização decrescente se manifesta. A ordem da exposição é importante: primeiro aparecem os bens e serviços; depois, as instalações e a maquinaria; por fim, a própria força de trabalho. Em todos os casos, o problema é a subutilização socialmente produzida de capacidades que poderiam servir à reprodução ampliada da vida, mas são reordenadas pela reprodução ampliada do capital.

A taxa de utilização decrescente afeta negativamente todas as três dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalistas, a saber: 1) bens e serviços; 2) instalações e maquinaria; e 3) a própria força de trabalho. (MÉSZÁROS, 2011, p. 669-670).

Na primeira dimensão, a dos bens e serviços, a redução da taxa de utilização aparece na obsolescência planejada, na substituição de bens coletivamente mais eficientes por mercadorias de uso individualizado e na multiplicação de tecnologias que, embora apresentadas como racionalização, podem elevar o consumo material total.

Essa enumeração é decisiva para o tema ambiental. Primeiro, ela mostra que a obsolescência programada dos bens de consumo duráveis é apenas uma manifestação de um processo mais amplo. Segundo, evidencia que a substituição do transporte coletivo pelo automóvel particular não é mera escolha individual, mas reorganização territorial orientada por uma mercadoria de menor taxa de utilização social. Terceiro, indica que a inovação pode produzir “superdesperdício”: máquinas complexas aplicadas a tarefas simples e tecnologias supostamente poupadoras que ampliam o consumo de recursos. Quarto, denuncia a destruição deliberada de habilidades e serviços de manutenção, que induz a compra de novos produtos quando os antigos poderiam ser reparados.

Na segunda dimensão, a das instalações e da maquinaria, a taxa de utilização decrescente assume a forma de subutilização crônica e de encurtamento artificial dos ciclos de amortização. Máquinas, equipamentos e plantas produtivas são sucateados, paralisados ou substituídos antes de esgotarem sua capacidade útil, em nome da inovação tecnológica e da concorrência. Aqui se torna explícito também o papel do Estado: fundos públicos, crédito, políticas industriais e financiamento de pesquisa e desenvolvimento podem sustentar a renovação permanente do capital constante, mesmo quando tal renovação amplia o desperdício material.

Na terceira dimensão, a própria força de trabalho é afetada. A taxa de utilização decrescente não se refere apenas a coisas, mas também a capacidades humanas. O desemprego estrutural, a precarização e a produção de populações excedentes mostram que o capital desperdiça trabalhadores ao mesmo tempo que desperdiça mercadorias, energia, máquinas e territórios. Essa dimensão permite aproximar Mészáros de Sassen: as expulsões de pessoas, terras e águas aparecem como manifestações concretas de um metabolismo social que descarta tudo aquilo que não se ajusta à reprodução expansiva do valor.

Por fim, Mészáros desloca a discussão da descartabilidade para a produção destrutiva. Quando as formas ordinárias de desperdício e obsolescência se revelam limitadas, o capital encontra meios mais radicais de realização. Destruição e consumo

tornam-se funcionalmente equivalentes quando ambos permitem absorver capital excedente, mobilizar recursos, renovar encomendas e sustentar a reprodução do sistema.

Assim, tornou-se necessário adotar a forma mais radical de desperdício – isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido. A razão pela qual tal mudança é absolutamente viável, nos parâmetros do sistema de produção estabelecido, é que consumo e destruição vêm a ser equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de “realização” capitalista. (MÉSZÁROS, 2011, p. 679).

A implicação ambiental dessa tese é profunda. A destruição não é apenas o fracasso do sistema em conservar suas condições de reprodução; ela pode ser convertida em mecanismo de valorização. Desastres, contaminações, reconstruções, seguros, tecnologias de reparação, novas fronteiras extrativas e mercados de mitigação podem transformar a crise ambiental em campo de negócios. O capital, portanto, não apenas produz danos ambientais: ele também pode incorporar a administração dos danos como nova oportunidade de expansão.

Seguindo a ordem da argumentação de Mészáros, a crise ambiental aparece como resultado de um encadeamento preciso: superprodução, subordinação do uso à venda, pseudoeconomia das unidades particulares, queda da taxa de utilização dos bens, subutilização de máquinas e força de trabalho, e conversão da destruição em forma de realização. A lógica capitalista de produção excessiva e descarte acelerado gera uma quantidade massiva de resíduos e ameaça a própria sobrevivência humana. Por isso, a alternativa se coloca em termos radicais: ou a sociedade supera o capital, ou o capital tende a superar a própria sociedade.

3. Considerações finais

O percurso desenvolvido permite formular uma tese central: a crise ambiental contemporânea é expressão da contradição entre a forma social do valor e as condições materiais da vida. Sassen permite apreender a forma contemporânea das expulsões, mostrando que pessoas, territórios e ecossistemas são empurrados para fora das ordens sociais e econômicas centrais. Através da crítica marxiana, vê-se que essa dinâmica tem fundamento na mercadoria e na valorização do valor, que subordinam natureza e trabalho à expansão do capital. Já Sá Barreto mostra que a eficiência técnica, quando comandada pela lucratividade, pode neutralizar a própria economia de recursos que promete realizar.

A discussão de Mészáros através da taxa utilização decrescente demonstra que o capital não apenas intensifica a produção, ele reorganiza a vida útil dos valores de uso, reduzindo durabilidade, reparabilidade e plena utilização. A sociedade dos descartáveis não é desvio accidental, mas forma de equilíbrio instável entre produção superexpandida e consumo acelerado. O desperdício torna-se funcional porque a venda importa mais do que o uso; a rotação do capital importa mais do que a satisfação racional de necessidades.

Essa perspectiva, aliada a análise de Sá Barreto, permite revelar por que soluções ambientais centradas apenas na gestão de resíduos, na reciclagem ou na inovação tecnológica permanecem insuficientes. Elas podem ser necessárias como medidas parciais, mas não atingem o fundamento da crise quando preservam intacta a compulsão de produzir, vender, substituir e descartar em escala crescente. A questão decisiva não é apenas produzir a mesma massa de mercadorias com menor impacto unitário; é perguntar quais necessidades devem orientar a produção, que valores de uso devem ser socialmente priorizados, que durabilidade deve ser planejada e que metabolismo com a natureza pode ser sustentado.

Dáí decorre uma conclusão política e teórica. A superação da crise ambiental não pode restringir-se à moralização do consumo, à modernização tecnológica ou à compensação mercantil dos danos. Tais mediações podem reduzir sofrimentos imediatos, mas não substituem a necessidade de enfrentar a forma social que transforma vida, natureza, tempo e destruição em oportunidades de valorização. Enquanto a produção for orientada pela expansão do valor, a economia de recursos tenderá a ser convertida em expansão, a eficiência em competitividade, a crise em mercado e os valores de uso em descartáveis.

O desafio, portanto, não é apenas tornar o capitalismo ambientalmente mais eficiente, mas ultrapassar a racionalidade social que faz da eficiência um meio para ampliar a acumulação. Uma reorganização socioambiental substantiva exige subordinar a produção às necessidades humanas, ao tempo disponível, à durabilidade dos bens, à reparação dos ecossistemas e à preservação das condições comuns de vida o que nos permite concluir que a crise ambiental é inseparável da crise sociometabólica do capital.

Referências

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

SÁ BARRETO, Eduardo. **Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas: pelo abandono do voluntarismo geológico**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 1, p. 211-234, jan./abr. 2021. DOI: 10.1590/1982-3533.2020v30n1art10.

SASSEN, Saskia. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SASSEN, Saskia. **Três migrações emergentes: uma mudança histórica**. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 13, n. 23, p. 29-42, 2016.